



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO NO**

**0210340-6 CARPINA/PE**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº**

**AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**

**ADVOGADO: FLÁVIO QUEIROZ B. CAVALCANTI PE010923**

**AGRAVADO: CERAMICA PRIMAVERA LTDA**

**ADVOGADO: CLAUDIANA CLEMENTE DA SILVA PE028218**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUERA VIRGÍNIO**

**DATA DO**

**JULGAMENTO: 13 DE MARÇO DE 2013**

**EMENTA – RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA REJEITADA. DÉBITOS DE OUTRO CONSUMIDOR. INOCORRÊNCIA DE SUCESSÃO EMPRESARIAL.**

1. Rejeitada a preliminar de ilegitimidade ativa, pois a despeito de o agravante ter juntado documentação informando o cancelamento da inscrição estadual da empresa e de seu cadastro na junta comercial, em consulta ao sítio da Receita Federal na *internet*, consta como ativo o CNPJ da ora agravada, demonstrando que a mesma não se encontra extinta.

2. Toda a documentação acostada aos autos comprova que os débitos motivadores da suspensão no fornecimento de energia elétrica originam-se em consumo realizado pelo antigo arrendatário do terreno, não podendo ser imputados à empresa agravada.

3. Inocorrente a sucessão empresarial, pois o contrato de arrendamento fora realizado entre duas pessoas físicas e, além disso, a sucessão não se presume, sendo necessário que haja nos autos prova suficiente de sua ocorrência.

4. Por unanimidade de votos negou-se provimento ao recurso de agravo.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0210340-6, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 25 de Março de 2013.

  
**Alberto Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

268  
✓

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº** 0210340-6 RECIFE/PE

**AGRAVANTE:** CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO  
**ADVOGADO:** FLÁVIO DE QUEIROZ B. CAVALCANTI PE010923  
**AGRAVADO:** CERÂMICA PRIMAVERA LTDA  
**ADVOGADO:** CLAUDIANA CLEMENTE DA SILVA PE028218  
**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO em face da decisão terminativa de fls. 203/204v, que negou provimento ao agravo de instrumento, mantendo inalterada a decisão interlocutória a qual deferiu o pleito de antecipação de tutela para determinar a reativação do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da agravada.


Nas razões do agravo interno (fls. 222/233), a CELPE sustenta preliminarmente, a incompetência do juízo singular, por entender que a ação deveria tramitar perante a comarca de Paudalho/PE, local onde a obrigação deve ser satisfeita. Alega, também, a ilegitimidade ativa, pois o contrato de fornecimento de energia elétrica estaria em nome de Sanderson Wanderley de M. Barbosa ME, inexistindo, assim, interesse da parte autora, ora agravada, em pleitear o restabelecimento do serviço.

Defende a legalidade da suspensão dos serviços ante a existência de débitos desde o ano de 2008, em valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e que a agravada é responsável pelo seu adimplemento, em razão do instituto da sucessão empresarial.

Reputa inaplicável, *in casu*, a legislação consumerista, requerendo, ao final, a retratação da decisão monocraticamente prolatada por este relator. Caso este togado decida pela sua manutenção, requer seja submetido o agravo à Câmara para julgamento.

Independentemente de inclusão em pauta, apresento à mesa para julgamento.

Recife, 13 de maio de 2013.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

269  
s

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE  
INSTRUMENTO Nº**

**0210340-6 RECIFE/PE**

**AGRAVANTE: CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADO: FLÁVIO DE QUEIROZ B. CAVALCANTI PE010923**  
**AGRAVADO: CERÂMICA PRIMAVERA LTDA**  
**ADVOGADO: CLAUDIANA CLEMENTE DA SILVA PE028218**  
**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**VOTO DO RELATOR**

Ressalto que a questão preliminar acerca da suposta incompetência do juízo para processar o feito é questão já decidida nos autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0242664-8, em apenso.

Sobre alegação de ilegitimidade ativa da ora agravada, verifico que tal preliminar não deve prosperar, pois a despeito de o agravante ter juntado documentação informando o cancelamento da inscrição estadual da empresa e de seu cadastro na junta comercial (fls. 163/165), em consulta ao sítio da Receita Federal na *internet*, verifiquei que o CNPJ da ora agravada encontra-se ativo, demonstrando que a mesma não se encontra extinta, razão pela qual pode figurar no pólo ativo da ação.

Superada a preliminar argüida, passo à análise do mérito recursal.

Compulsando os autos, verifico que o cerne da controvérsia reside na possibilidade ou não da suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão da existência de débitos pretéritos, em nome do antigo arrendatário da unidade consumidora.

Conforme se depreende dos documentos acostados ao agravo de instrumento, a ação originária foi proposta pela empresa Cerâmica Primavera Ltda., com o intuito de restabelecer o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora em questão, sob o argumento de que, embora haja débitos relativos ao imóvel, tais valores seriam de responsabilidade exclusiva do antigo arrendatário do terreno.

Para demonstrar o alegado, a empresa agravada acostou contrato de arrendamento da cerâmica (cuja finalidade é a exploração e fabrico de tijolos cerâmicos e similares – fls. 70/73), demonstrando que o mesmo começou a vigir na data de sua assinatura (Cláusula 3º - fl. 70), por prazo determinado, cujo termo se deu em 07/03/2009. A recorrida acostou, ainda, Auto de Despejo realizado naquele imóvel, em cumprimento a decisão liminar proferida em Ação de Despejo por Falta de Pagamento, distribuída sob o nº 230.2009.000167-9.

Assim, resta comprovado que os débitos motivadores da suspensão no fornecimento de energia elétrica originam-se em consumo realizado pelo antigo arrendatário do terreno, não podendo ser imputados à empresa agravada.

Nesse sentido, é a jurisprudência nacional, senão vejamos:

**APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO DO LOCATÁRIO. EXIGÊNCIA DO LOCADOR. CORTE. IMPOSSIBILIDADE. Tratando-se de obrigação de caráter contratual e sinalagmático (art. 3º, I, 'c, da Resolução nº 456/2000 da ANEEL), havendo contraprestação do Estado ao particular, nos termos do art. 175 da CF/88, não há falar em transferência de responsabilidade a quem não foi o efetivo consumidor, não se tratando de obrigação *propter rem*.**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

**Aplicação da própria regra do art. 4º, parágrafo 2º, da precitada Resolução, não se admitindo a utilização da ameaça do corte de energia como coação do consumidor à assunção de débito de terceiro. DERAM PROVIMENTO AO APELO. (TJRS, Ap. Cível nº 70019024983, Relator: Adão Sérgio do Nascimento Cassiano, Julgado em 22/08/2007, sem grifos no original)**

**EMENTA: ADMINISTRATIVO - AÇÃO DE COBRANÇA - ENERGIA ELÉTRICA - DÉBITO APURADO DURANTE CONTRATO DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL - RESPONSABILIDADE DO LOCATÁRIO - REAL CONSUMIDOR DO SERVIÇO FORNECIDO PELA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO - SENTENÇA MANTIDA. 1. O locador não é responsável por débito apurado na constância do contrato de locação, já que não usufruiu do serviço prestado pela concessionária de serviço público. 2. Recurso não provido. (TJMG. Ap. Cível nº 1.0452.08.041499-1/001, Des.(a) Edgard Penna Amorim, Julgado em 06/12/12, sem grifos no original)**

**ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. INADIMPLEMENTO. OBRIGAÇÃO PESSOAL. DÉBITOS DE CONSUMO DOS LOCADORES. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO. ACÓRDÃO DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ, SÚMULA 83/STJ. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que a contraprestação pela oferta de serviço de água não tem natureza jurídica de obrigação propter rem na medida em que não se vincula à titularidade do imóvel. Assim, o inadimplemento é do usuário, ou seja, de quem efetivamente obteve a prestação do serviço. Incidência da Súmula 83/STJ. Agravo regimental improvido. (STJ. AgRg no AREsp 93.156/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, julgado em 13/03/2012, sem grifos no original)**

Destarte, verifico estar correta a decisão interlocutória proferida pelo magistrado de piso pois demonstrado que o vínculo de consumo gerador dos débitos mencionados pela concessionária pública não fora firmado junto à empresa agravada, não lhe pode ser negado o fornecimento do serviço, pois somente perante a efetiva consumidora da energia elétrica é que a CELPE pode reclamar o pagamento dos débitos.

Não se verifica, na hipótese, a ocorrência de sucessão empresarial, porquanto o contrato de arrendamento fora realizado entre duas pessoas físicas, a saber o Sr. Geraldo Malta Queiroz Pinto e sua esposa, Srª. Josefa Bezerra de Lima Queiroz, arrendadores, e, de outro lado, o Sr. Sanderson Wanderley de Matos Barbosa, arrendatário.

Além disso, a sucessão não se presume, sendo necessário que haja nos autos prova suficiente de sua ocorrência. Os documentos acostados ao instrumento não servem à demonstração do alegado, pelo que afastado qualquer responsabilidade da empresa agravada. Nesse sentido, colaciono os julgados abaixo, *ipsis litteris*:

**AÇÃO MONITÓRIA - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA EXECUTADA - SUCESSÃO EMPRESARIAL - AUSÊNCIA DE PROVAS DA OCORRÊNCIA - DECISÃO MANTIDA. O deferimento da substituição processual**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

de empresa por outra, em razão de sucessão empresarial, somente é possível se a alegada sucessão estiver devidamente comprovada nos autos, não podendo ser presumida por apenas alguns indícios. Inexistindo nos autos indícios e provas convincentes de que a empresa executada foi sucedida pela empresa Rh Grupo de Segurança Ltda, a sucessão empresarial não deve ser reconhecida. (TJMG. AI nº 1.0223.07.236795-4/002, Relator Des. Arnaldo Maciel, Julgado em 08/02/2011, sem grifos no original)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS EMPRESARIAIS. DÉBITOS PRETÉRITOS, DECORRENTES DE CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA INADIMPLIDAS, REFERENTES A PERÍODO ANTERIOR, EM QUE ERA LOCATÁRIA DO IMÓVEL EM QUESTÃO SOCIEDADE EMPRESÁRIA DIVERSA. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA E COBRANÇA DOS DÉBITOS DA ATUAL LOCATÁRIA, AO FUNDAMENTO DE SUCESSÃO EMPRESARIAL. INADMISSIBILIDADE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. 1. "A suspensão na prestação do serviço de utilidade pública só se justifica quando presentes o binômio: a) se tratar de inadimplemento de conta regular, relativa ao mês de consumo, e, b) houver prévio aviso do corte". Precedentes do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. 2. Embora admitida a possibilidade de interrupção do fornecimento pela concessionária, diante de inadimplência do consumidor, esse corte é restrito a situações em que se faz presente a inadimplência atual, não podendo ser utilizado como providência coercitiva para obter pagamento de débito pretérito, cuja cobrança deve ser pleiteada pelos meios judiciais apropriados. 3. **Ademais, a sucessão empresarial não restou reconhecida, de acordo com o conjunto probatório dos autos. Inadmissibilidade da cobrança e da suspensão de energia da atual usuária do imóvel, pois o débito se refere a período pretérito e a outra consumidora.** 4. No caso, a imposição indenizatória pelo dano moral, está "in re ipsa". Os cortes no fornecimento da energia elétrica quanto aos débitos equivocadamente atribuídos à autora, geram direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que se permite, na hipótese, presumir, gerando direito ao ressarcimento. 5. Negaram provimento ao recurso. (TJSP. APL 1188894520078260008 SP 0118889-45.2007.8.26.0008, Relator Des. Vanderci Álvares, Julgado em 18/07/2012, sem grifos no original)

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, mantendo, integralmente, a decisão terminativa proferida no agravo de instrumento nº 0210340-6.

É como voto.

Recife, 13 de *de* de 2013.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator